
 <p>Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República Secretaria de Racionalização e Simplificação Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais</p>			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)		
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)  <b>31300011798</b>		Código da Natureza Jurídica  <b>2046</b>		Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio	

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Nome: **ALGAR TELECOM S/A**  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

**Nº FCN/REMP**  
  
J173518823062

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	980			ESCRITURA DE EMISSAO DE DEBENTURES

**UBERLANDIA**  
Local

**6 Março 2017**  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

**Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):**

☐ SIM  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
☐ NÃO    /   /     
Data                      Responsável

☐ SIM  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
☐ NÃO    /   /     
Data                      Responsável

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**  
☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência  
☐

3ª Exigência  
☐

4ª Exigência  
☐

5ª Exigência  
☐

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**  
☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência  
☐

3ª Exigência  
☐

4ª Exigência  
☐

5ª Exigência  
☐

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/140.886-1	J173518823062	06/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.055.826-60	EMMANUEL MARQUES DE SOUZA



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS)  
SÉRIES, DA ALGAR TELECOM S.A.**

CELEBRADA ENTRE

**ALGAR TELECOM S.A.**  
*como Emissora*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

DATADO DE  
3 DE MARÇO DE 2017

Página 1 de 62



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6237023 em 08/03/2017 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 171408861 - 06/03/2017.  
Autenticação: 1422C66597F3673471ECE1E7E9869BF4DD296D2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento,  
acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 17/140.886-1 e o código de segurança Xlfh Esta cópia foi autenticada digitalmente e  
assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/70

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, DA ALGAR TELECOM S.A.**

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até 3 (Três) Séries, da Algar Telecom S.A." ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

**Algar Telecom S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), como categoria "B", nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), com sede no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 71.208.516/0001-74, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 313.000.117-98, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" e/ou "Emissora"); e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série"), dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme termo definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série") e dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme termo definido abaixo) ("Debenturistas da Terceira Série" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, "Debenturistas");

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário" e, em conjunto com a Emissora, "Partes");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

**1. AUTORIZAÇÃO**

1.1 A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 3 de março de 2017 ("RCA da Emissora"), que aprovou: (i) a Emissão (conforme termo definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e (ii) a Oferta (conforme termo definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.385/76"), Instrução CVM nº 400, de 29



de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

## **2. REQUISITOS**

2.1 A 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para distribuição pública pela Emissora ("Emissão") e a Oferta (conforme termo definido abaixo) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

I. *Arquivamento e Publicação da Ata da RCA da Emissora.* Nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da RCA da Emissora será arquivada na JUCEMG, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Hoje em Dia ("Hoje em Dia"). Os atos societários que eventualmente venham a ser realizados após o arquivamento desta Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEMG e publicados pela Emissora no DOEMG e no Hoje em Dia, conforme legislação em vigor.

II. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão e de seus Aditamentos.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão protocolados na JUCEMG no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis (conforme termo definido a seguir) contados da respectiva data de assinatura, devendo a cópia eletrônica (PDF) com a devida chancela digital da JUCEMG ser enviada ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu efetivo arquivamento. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme termo definido abaixo), de modo a especificar: (i) a Remuneração (conforme termo definido abaixo) das Debêntures de cada uma das séries; (ii) a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas, por série, bem como a quantidade de séries da Emissão; e (iii) o exercício, ou não, da opção das Debêntures Suplementares e/ou da opção das Debêntures Adicionais (conforme termos definidos abaixo) ("Aditamento"), a ser celebrado anteriormente à data de concessão do registro da Oferta pela CVM sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

III. *Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.* As Debêntures serão depositadas em mercado de bolsa e mercado de balcão organizado, para: (a) distribuição no mercado primário por meio do (i) MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (b) negociação no mercado secundário por meio do: (i) CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP; e/ou (ii) PUMA Trading System Plataforma Unificada de Multi



Ativos da BM&FBOVESPA ("PUMA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a liquidação financeira e a negociação das Debêntures; e (c) custódia eletrônica na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

IV. *Registro pela CVM.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição ("Oferta"), que deverá ser registrada na CVM na forma da Lei nº 6.385/76, da Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008, e o convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008, conforme aditado, entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA" e "Convênio CVM-ANBIMA", respectivamente).

V. *Análise Prévia pela ANBIMA.* A Oferta será objeto de análise prévia pela ANBIMA na forma e prazo previstos: (i) no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas" ("Código ANBIMA de Atividades Conveniadas"); (ii) no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Pública de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" ("Código ANBIMA de Ofertas" e, em conjunto com o Código ANBIMA de Atividades Conveniadas, "Códigos ANBIMA"); e (iii) no Convênio CVM-ANBIMA.

VI. *Portaria do Ministério das Comunicações.* As Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série serão emitidas nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016 ("Decreto 8.874") e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947") ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme termo definido abaixo) como prioritário pelo Ministério das Comunicações, por meio da portaria nº 1.003, de 24 de fevereiro de 2017, emitida pelo Ministério das Comunicações, publicada no Diário Oficial da União em 3 de março de 2017 e que está atualmente em vigor ("Portaria").

### **3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA**

3.1 A Companhia tem por objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração. Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, e também: (i) comercializar equipamentos e acessórios pertinentes à sua atividade; (ii) participar do capital de outras empresas do ramo de telecomunicações e serviços de valor adicionado ao de telecomunicações, observado o que dispõe a política nacional de telecomunicações; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações; (v) exercer atividades de estudos e pesquisas visando o





desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

#### **4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

4.1 Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures da Primeira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais nesta série, serão destinados para o pagamento, na respectiva data de vencimento, da totalidade ou de parte do saldo devedor das debêntures da 2ª (segunda) emissão da Companhia.

4.2. As Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série serão emitidas nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 8.874, e da Resolução CMN 3.947 ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, e tendo em vista o enquadramento do Projeto como projeto prioritário pelo Ministério das Comunicações conforme a Portaria, nos termos artigo 2º, inciso IV, do Decreto 8.874, terão seus recursos destinados, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais nestas séries, exclusivamente para o pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao Projeto, que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses da data do anúncio encerramento da Oferta, que contém as seguintes principais características, nos termos dos Prospectos (conforme termo definido abaixo) e da Lei 12.431:

<b>Objetivo do Projeto</b>	Expansão e modernização da rede de comunicação de dados para prover os serviços de acesso à Internet para todos os segmentos de mercado por meio da implantação, ampliação e modernização de rede de comunicação de dados, rede móvel 3G e 4G, rede fixa de banda larga, construção de rede óptica e infraestrutura nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. ("Projeto").
<b>Início do Projeto</b>	Janeiro de 2017.
<b>Fase atual do Projeto</b>	O Projeto atualmente encontra-se em 2% (dois por cento) de sua evolução física.
<b>Encerramento estimado do Projeto</b>	O Projeto tem estimativa para encerramento em dezembro de 2020.
<b>Volume estimado de recursos financeiros necessários para a</b>	R\$1.733.013.000,00 (um bilhão, setecentos e trinta e três milhões e treze mil reais)



<b>realização do Projeto</b>	
<b>Percentual que se estima captar com a Oferta, frente às necessidades de recursos financeiros do Projeto</b>	18,46% (dezoito inteiros e quarenta e seis centésimos por cento) do volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais e calculado com base no montante total da Oferta, que pode não corresponder ao montante das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série uma vez que a emissão será feita em sistema de vasos comunicantes com a alocação em cada uma das séries definida somente após o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . Os recursos necessários para a conclusão do Projeto poderão decorrer de uma combinação de recursos líquidos que a Companhia vier a captar por meio da Oferta com outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais.
<b>Percentual decorrente dos recursos líquidos a serem captados pelas Debêntures da Segunda Série e pelas Debêntures da Terceira Série que se estima alocar no Projeto</b>	100% (cem por cento)

4.3. Uma vez que os recursos líquidos captados por meio das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, incluindo os recursos obtidos eventualmente com a alocação das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais nestas séries, não serão suficientes para a conclusão do Projeto, a Companhia utilizará outras fontes decorrentes de financiamentos adicionais e do caixa decorrente das suas atividades operacionais para a realização do Projeto.

## **5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA**

5.1 *Colocação e Procedimento de Distribuição.* A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob o regime de garantia firme de colocação, individual e não solidária, para a totalidade das Debêntures, no valor de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Itaú BBA, "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até 3 (Três) Séries, da Espécie Quirografária, da 6ª (Sexta) Emissão da Algar Telecom S.A." celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"), observado o Plano de Distribuição (conforme termo definido abaixo).





5.1.1 As Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais que venham eventualmente a ser emitidas serão objeto de distribuição pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços de colocação.

5.1.2 Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

5.1.3 Observadas as disposições da regulamentação aplicável, a Oferta será realizada utilizando-se do procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração as relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Companhia, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição"). Ao elaborar o Plano de Distribuição de que trata esta Cláusula, com expressa anuência da Emissora, os Coordenadores assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições financeiras integrantes do consórcio de distribuição da Oferta recebam previamente exemplar do prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e do prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo" e quando considerados em conjunto, "Prospectos"), o qual incorpora por referência o Formulário de Referência (conforme termo definido abaixo), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores.

5.1.3.1 Os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição, sendo que o público alvo da Oferta será composto por:

- (i) "Investidores Institucionais", assim entendidos como: (a) "investidores profissionais", assim definidos no artigo 9-A da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"):
- (1) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
  - (2) companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
  - (3) entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
  - (4) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, nos termos do Anexo 9-A da Instrução CVM 539;
  - (5) fundos de investimento;
  - (6) clubes de investimento, cuja carteira seja gerida por administrador de carteira autorizado pela CVM;
  - (7) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e
  - (8) investidores não residentes;
- e (b) "investidores qualificados", assim definidos no artigo 9-B da Instrução CVM 539: (1) investidores profissionais; (2) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, nos termos do Anexo 9-B



da Instrução CVM 539; (3) pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (4) clubes de investimento cuja carteira seja gerida por um ou mais cotistas que sejam investidores qualificados; e

- (ii) "Investidores Não Institucionais", assim entendidos como investidores residentes e domiciliados ou com sede no Brasil que não possam ser classificados como Investidores Institucionais.

5.1.4 A colocação das Debêntures somente terá início após: (i) o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula Segunda desta Escritura de Emissão; (ii) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (iii) o depósito para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA; (iv) a divulgação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); (v) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo da Oferta, o qual incorpora por referência o formulário de referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM 480, a ele incorporado por referência ("Formulário de Referência"); e (vi) o consentimento prévio (*waiver*) de determinados credores da Emissora cujos instrumentos contenham, de alguma forma, restrições para a realização da Emissão. Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, a colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 6 (seis) meses a contar da data de divulgação do Anúncio de Início, sendo que os Coordenadores terão até 7 de maio de 2017 para, se for o caso, cumprir a sua obrigação de garantia firme de colocação ("Prazo de Colocação").

5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais Investidores Institucionais, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, com possível recebimento de reservas, conforme previsto na Cláusula 5.10(i)(a) do Contrato de Distribuição, sem lotes mínimos ou máximos, a ser organizado pelos Coordenadores, para a definição em conjunto com a Companhia: (i) da Remuneração das Debêntures de cada uma das séries; (ii) da quantidade de Debêntures efetivamente emitidas, por série, bem como a quantidade de séries da Emissão; e (iii) do exercício, ou não, conforme o caso, da opção das Debêntures Suplementares e/ou da opção das Debêntures Adicionais, observadas as disposições constantes no Contrato de Distribuição ("Procedimento de Bookbuilding").

5.2.1. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding*: (i) será ratificado por meio do Aditamento, a ser celebrado sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas; e (ii) será divulgado, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

5.3 *Prazo de Subscrição.* Observado o disposto na Cláusula 5.1.3 acima, as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo dentro do Prazo de Colocação, observado



o cronograma estimado previsto nos Prospectos e o disposto na regulamentação aplicável.

5.4 *Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização.* A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário (conforme termo definido abaixo) ("Preço de Integralização"), por meio do MDA ou do DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA respectivamente, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Integralização").

## **6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES**

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 6ª (sexta) emissão de Debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar opção de Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais ("Valor Total da Emissão").

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas, inicialmente, 320.000 (trezentas e vinte mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocadas na primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), na segunda série ("Debêntures da Segunda Série") e na terceira série ("Debêntures da Terceira Série") e, quando em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures") será definida em sistema de vasos comunicantes conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A quantidade de Debêntures alocada em cada Série será objeto do Aditamento, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar o Aditamento sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 48.000 (quarenta e oito mil) Debêntures suplementares nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora até a data de divulgação do Anúncio de Início. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série. As Debêntures Suplementares, caso emitidas, serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação pelos Coordenadores.



6.3.2 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 64.000 (sessenta e quatro mil) Debêntures adicionais nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sem a necessidade de novo pedido de registro da Oferta à CVM ou modificação dos termos e condições da Oferta. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série. As Debêntures Adicionais, caso emitidas, serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação pelos Coordenadores.

6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em até 3 (três) séries, no sistema de vasos comunicantes, sendo que a existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada na primeira série ("Primeira Série"), na segunda série ("Segunda Série") e na terceira série ("Terceira Série" e, quando em conjunto com a Primeira Série e a Segunda Série, "Séries") serão definidas pelos Coordenadores, em conjunto com a Emissora, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que qualquer uma das séries poderá não ser emitida.

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador (conforme termo definido abaixo), e, adicionalmente, será expedido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, conforme as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso.

6.7 *Escriturador e Banco Liquidante da Emissão.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"), e a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-902, inscrito no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

6.8 *Conversibilidade e Permutabilidade.* As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza.



6.9 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografia, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas, ou seja, sem qualquer preferência.

6.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de março de 2017 ("Data de Emissão").

6.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura de Emissão: (i) o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2022 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (ii) o prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2022 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série"); e (iii) o prazo de vencimento das Debêntures da Terceira Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2024 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série" e, quando em conjunto com Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, "Data de Vencimento").

6.12 *Remuneração:* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.12.1 *Remuneração das Debêntures da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme disposto nas cláusulas abaixo:

6.12.1.1 *Atualização Monetária das Debêntures da Primeira Série:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.

6.12.1.2 *Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série:* As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* limitada à uma taxa máxima de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Integralização ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termos definidos abaixo), conforme o caso, e pagos ao final



de cada Período de Capitalização (conforme termos definidos abaixo), de acordo com a fórmula indicada na Cláusula 6.12.1.6 abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

6.12.1.3 A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo).

6.12.1.4 A taxa final da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio do Aditamento, que deverá ser arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Série.

6.12.1.5 O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

6.12.1.6 A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator de Juros = Fator DI \times Fator Spread$$

*Fator DI* = Produtório das Taxas DI *Over*, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:





$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas DI Over, considerados em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI<sub>k</sub> = Taxa DI Over de ordem k, divulgada pela CETIP, utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde,

Spread ou sobretaxa = a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, máximo de 2,2000;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

#### **Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:**

- (a) Efetua-se o produtório dos fatores diários (1 + TDI<sub>k</sub>), sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- (d) Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

6.12.1.7 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI Over.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da Primeira Série, não houver divulgação da Taxa DI Over pela CETIP, será utilizada a última Taxa DI



*Over* divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over*. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.12.1.8 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série.

6.12.1.8 *Indisponibilidade da Taxa DI Over*. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI *Over* por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI *Over* às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI *Over*. O Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI *Over* ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI *Over* por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9 abaixo) da Primeira Série para os Debenturistas da Primeira Série deliberarem, em comum acordo com a Emissora e, observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá ser aquele que melhor refletir as condições de mercado vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente será utilizada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

6.12.1.9 Caso a Taxa DI *Over* volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI *Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI *Over* nos termos aqui previstos, a última Taxa DI *Over* divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série.

6.12.1.10 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas,



qual a alternativa escolhida:

I. resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em prazo maior a ser definido de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série (sendo observado que caso a Companhia não compareça em tal assembleia, o prazo será de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série), desde que anteriormente à Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, caso em que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente; ou

II. amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa acordada entre a Emissora e a maioria simples dos Debenturistas mencionada nesta cláusula, a qual deverá observar os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI *Over*. Na hipótese de não haver consenso entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

6.12.2 *Remuneração das Debêntures da Segunda Série*: A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas abaixo:



6.12.2.1 *Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Integralização, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a data do seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"), de acordo com a seguinte fórmula, sendo o produto da atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série"):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.



#### 6.12.2.2 Observações:

- (i) Os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- (iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (v) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.

6.12.2.3 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

6.12.2.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA.

6.12.2.5 Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro, para os Debenturistas da Segunda Série definirem, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, incluindo os requisitos previstos no artigo 2º da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação desse novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Segunda Série, a variação produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente.



6.12.2.6 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série mencionada acima, referida Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série.

6.12.2.7 Caso não haja acordo sobre o novo índice para a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, e caso tenha transcorrido 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, conforme determina a Resolução do CMN nº 4.476, de 11 de abril de 2016 ("Resolução CMN nº 4.476") (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), a Emissora terá de resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou em prazo maior a ser definido de comum acordo com os Debenturistas da Segunda Série (sendo observado que caso a Companhia não compareça em tal assembleia, o prazo será de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série), desde que anteriormente à Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, caso em que será utilizada a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

6.12.2.8 Caso não haja acordo sobre o novo índice para a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, e não tenham transcorridos 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, conforme determina a Resolução CMN nº 4.476, o novo índice para a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, deverá ser indicada por uma instituição autorizada, assim definida como sendo uma instituição financeira que (i) tenha classificação de risco mínima, em escala nacional, igual ao *rating* soberano da República Federativa do Brasil, conferidas pela Standard & Poors, Fitch Ratings ou seu equivalente pela Moody's, e (ii) declare não estar impedida ou em posição de conflito para efetuar tal indicação ("Instituição Autorizada").

6.12.2.9 Para fins de definição do novo índice para a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série na hipótese prevista na Cláusula 6.12.2.8 acima, a Emissora deverá indicar, na Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, 3 (três) Instituições Autorizadas, cabendo, aos Debenturistas da Segunda Série escolher 1 (uma) das Instituições Autorizadas para indicação da Taxa Substitutiva das Debêntures da Segunda Série.





6.12.2.10 Na hipótese de definição, conforme previsto nas Cláusulas 6.12.2.8 e 6.12.2.9 acima, do novo índice, tal novo índice passará a ser utilizado para a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série desde o dia de sua indisponibilidade do IPCA, sendo certo que a Emissora se obriga a, transcorridos 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, resgatar antecipada e imediatamente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do 4º (quarto) aniversário da Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série, a totalidade das Debêntures da Segunda Série, de acordo com os procedimentos previstos na Cláusula 6.12.2.7 acima.

6.12.2.11 *Juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série.* As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração incidente a partir da Data de Integralização ou a partir da data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente à taxa máxima de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais e com vencimento em 2022 ("Tesouro IPCA+/22"), de acordo com a fórmula prevista na Cláusula 6.12.2.13 abaixo ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). A taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+/22 deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (<http://www.anbima.com.br>) no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

6.12.2.11.1. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme termo definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

6.12.2.12 A taxa final da Remuneração das Debêntures Segunda Série, uma vez definido em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificado por meio do Aditamento, que deverá ser arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Segunda Série.

6.12.2.13 O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

Sendo que:

J = valor da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida em cada data de pagamento de tal remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem



arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pela Remuneração das Debêntures da Segunda Série, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Sendo que:

*spread* = Remuneração das Debêntures da Segunda Série; e

n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

6.12.3 *Remuneração das Debêntures da Terceira Série:* A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas abaixo:

6.12.3.1 *Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série:* O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, a partir da Data de Integralização, calculada de forma pro rata temporis por Dias Úteis até data do seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série"), de acordo com a seguinte fórmula, sendo o produto da atualização incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série"):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série, sendo "n" um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Terceira Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a última data de aniversário das Debêntures da Terceira Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.

#### 6.12.3.2 Observações:

- (i) Os fatores resultantes da expressão  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- (iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (v) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.



Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos.

6.12.3.3 Os procedimentos a serem adotados em caso de indisponibilidade do IPCA, estabelecidos nas Cláusulas 6.12.2.3 a 6.12.2.10 acima, também são aplicáveis às Debêntures da Terceira Série.

6.12.3.4 *Juros remuneratórios das Debêntures da Terceira Série.* As Debêntures da Terceira Série farão jus a remuneração incidente a partir da Data de Integralização ou a partir da data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente à taxa superior ou igual a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano e inferior ou igual a 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com juros semestrais e com vencimento em 2024 ("Tesouro IPCA+/24"), de acordo com a fórmula indicada na Cláusula 6.12.3.6 abaixo ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série", e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração"). A taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+/24 deverá ser a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na Internet (<http://www.anbima.com.br>) no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

6.12.3.4.1. A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série (conforme termo definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

6.12.3.5 A taxa final da Remuneração das Debêntures Terceira Série, uma vez definido em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificado por meio do Aditamento, que deverá ser arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Terceira Série.

6.12.3.6 O cálculo da Remuneração das Debêntures da Terceira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

Sendo que:

J = valor da Remuneração das Debêntures da Terceira Série devida em cada data



de pagamento de tal remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pela Remuneração das Debêntures da Terceira Série, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[ \left( \frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

*spread* = Remuneração das Debêntures da Terceira Série; e

n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

6.13 *Amortização do Valor Nominal.* Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de acordo com os termos e disposições abaixo:

6.13.1 *Amortização das Debêntures da Primeira Série:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de março de 2021 (inclusive) e a última na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (inclusive), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"):

Percentual de Amortização sobre o saldo do Valor Nominal Unitário	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
50,00%	15 de março de 2021
100,00%	15 de março de 2022

6.13.2 *Amortização das Debêntures da Segunda Série:* O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será integralmente amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, ou seja, em 15 de março de 2022 ("Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série").



6.13.3 *Amortização das Debêntures da Terceira Série*: O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série será amortizado em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de março de 2023 (inclusive) e a última na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (inclusive), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Terceira Série"):

<b>Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado</b>	<b>Data de Amortização das Debêntures da Terceira Série</b>
50,00%	15 de março de 2023
100,00%	15 de março de 2024

6.14 *Pagamento da Remuneração*. Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o pagamento da Remuneração será realizado de acordo com os termos e disposições abaixo.

6.14.1. *Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série*. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, nos meses de setembro e março de cada ano, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2017 (inclusive) e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série").

<b>Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série</b>
15 de setembro de 2017
15 de março de 2018
15 de setembro de 2018
15 de março de 2019
15 de setembro de 2019
15 de março de 2020
15 de setembro de 2020
15 de março de 2021
15 de setembro de 2021
15 de março de 2022

6.14.2. *Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série*. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será realizado anualmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2018 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série").





<b>Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série</b>
15 de março de 2018
15 de março de 2019
15 de março de 2020
15 de março de 2021
15 de março de 2022

6.14.3. *Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série.* O pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série será realizado anualmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2018 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série").

<b>Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série</b>
15 de março de 2018
15 de março de 2019
15 de março de 2020
15 de março de 2021
15 de março de 2022
15 de março de 2023
15 de março de 2024

6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.16 *Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures:* Ressalvadas as disposições das Cláusulas 6.12.1.10, 6.12.2.7 e 6.12.3.3, não será permitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures pela Emissora. Ressalvadas as disposições da Cláusula 6.12.1.10, não será permitida, também, a amortização antecipada facultativa das Debêntures pela Emissora.

6.17 *Oferta de Resgate Antecipado*

6.17.1. *Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas da Primeira Série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas da Primeira Série para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série (conforme definido



abaixo), nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos nesta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série").

6.17.1.1. A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Primeira Série, a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização do resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série ("Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série, incluindo: (i) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas ("Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série"); (ii) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas na Cláusula 6.17.1.4 abaixo; (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista, que não poderá ser negativo; (iv) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas da Primeira Série a título de resgate antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida e ainda não paga até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, bem como de prêmio, caso exista; (v) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série; (vi) se a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série estará condicionada à aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas da Primeira Série; e (vii) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas da Primeira Série e para operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série.

6.17.1.2. A Data de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do resgate antecipado.

6.17.1.3. Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série, os Debenturistas da Primeira Série que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série deverão se manifestar, nos termos da Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série, sendo certo que todas as Debêntures da Primeira Série serão resgatadas em uma única data.

6.17.1.4. Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série parcial de Debenturistas da Primeira Série representando um volume maior de Debêntures da Primeira Série das que poderão ser resgatadas, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá coordenar o sorteio. Neste caso para as Debêntures custodiadas



na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, serão adotados os procedimentos estabelecidos pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Primeira Série, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas por cada Debenturista da Primeira Série, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso. Fica definido que, caso a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.17.1.5. O pagamento das Debêntures da Primeira Série resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série será feito: (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) por meio dos procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (iii) por meio dos procedimentos do Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

6.17.1.6. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

6.17.2. *Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série.* A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo após transcorridos 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão, conforme determina a Resolução do CMN nº 4.476 (ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis), oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série (sendo vedado a oferta de resgate parcial), endereçada a todos os Debenturistas da respectiva Série, sendo assegurado a todos os Debenturistas da respectiva Série, igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos nesta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série").

6.17.2.1. A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da Segunda Série e/ou aos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série ("Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série, incluindo: (i) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série a serem resgatadas; (ii) se o resgate abrangerá a Segunda e a Terceira Série ou se abrangerá apenas uma destas Séries; (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista, que não poderá ser negativo; (iv) a menção de que o valor a ser pago aos



Debenturistas da Segunda Série e/ou aos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, a título de resgate antecipado será equivalente: (a) ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série devida e ainda não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, bem como de prêmio, caso exista, e/ou (b) ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, acrescido da Remuneração das Debêntures da Terceira Série devida e ainda não paga até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, bem como de prêmio, caso exista; (v) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série; (vi) que a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série estará, necessariamente, condicionada à aceitação da totalidade dos Debenturistas da Segunda e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso; e (vii) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas da Segunda Série e/ou pelos Debenturistas da Terceira Série e para operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série.

6.17.2.2. A data de resgate antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do resgate.

6.17.2.3. Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série, os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série deverão se manifestar, nos termos da Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série, à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série, sendo certo que todas as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira serão resgatadas em uma única data.

6.17.2.4. O pagamento das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Segunda Série resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda e/ou da Terceira Série será feito: (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) por meio dos procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (iii) por meio dos procedimentos do Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

6.17.2.5. Não será admitido o resgate antecipado de parte das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sendo, portanto,



necessária a adesão da totalidade dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso.

6.17.2.6. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

6.18 *Aquisição Facultativa.* As Debêntures em circulação, a qualquer tempo, em relação às Debêntures da Primeira Série, e após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão ou prazo inferior que venha ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis, observado o disposto na Lei 12.431, em relação às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, poderão ser adquiridas pela Companhia, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM: (i) por valor igual ou inferior ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão (i) ser canceladas observado o disposto nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, conforme o caso, e, ainda, em relação às Debêntures da Segunda Série e em relação às Debêntures da Terceira Série, o disposto na Lei 12.431; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

6.19 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.20 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA (conforme o caso); ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA: (a) na sede da Companhia ou do Banco Liquidante; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

6.21 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir: (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, com



feriado declarado nacional, sábado ou domingo, (ii) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da BM&FBOVESPA, qualquer dia que seja sábado, domingo, feriado declarado nacional, feriado declarado municipal na Cidade de São Paulo, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA. Para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta (conforme termo definido abaixo), "Dia Útil" significa qualquer dia, exceto (i) sábados, domingos ou feriados declarados nacionais, no Estado ou na Cidade de São Paulo; e (ii) aqueles sem expediente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

6.22 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.23 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.24 *Tratamento Tributário das Debêntures.* As Debêntures da Primeira Série não gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431, bem como não gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida lei. As Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431 e, consequentemente, também gozam do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida lei.

6.24.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Escriturador e Banco Liquidante da Emissão, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária julgada apropriada pelo Escriturador e Banco Liquidante da Emissão, sob pena de ter descontados dos rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Será de responsabilidade do Banco Liquidante ou do Escriturador, conforme o caso, a avaliação e validação da imunidade ou isenção tributária, podendo, inclusive, solicitar documentos adicionais para a comprovação de mencionada situação jurídica tributária. Dessa forma, enquanto pendente o processo de avaliação, não poderá ser imputada à Emissora, ao Banco Liquidante ou ao Escriturador qualquer responsabilidade pelo não pagamento no prazo estabelecido por meio desta Escritura de





Emissão.

6.24.2 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 6.24.1 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta Cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador ou pela Emissora.

6.24.3 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 6.24.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

6.24.4 Caso a Companhia não utilize os recursos na forma prevista nesta Escritura de Emissão, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pelo pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor referente à soma das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série não alocado no Projeto, observado os termos do artigo 2º parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431.

6.24.5 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.24.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, (i) as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 conforme vigente nesta data; (ii) haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na Lei 12.431; ou (iii) seja editada lei determinando a incidência de imposto de renda retido na fonte sobre a Remuneração das Debêntures da Segunda Série e/ou sobre a Remuneração das Debêntures da Terceira Série devida aos Debenturistas da Segunda Série e/ou aos Debenturistas da Terceira Série em alíquotas superiores àquelas em vigor na presente data, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas da Segunda Série e pelos Debenturistas da Terceira Série, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes, sendo certo que tais acréscimos deverão ser pagos fora do âmbito da CETIP e da BM&FBOVESPA, conforme o caso.

6.25 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto desta Escritura de



Emissão e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário, Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia ("Vencimento Antecipado das Debêntures"), na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, observados os respectivos prazos de cura (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- (a) (i) decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas controladas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou qualquer de suas controladas; (iii) pedido de falência da Emissora ou de suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (iv) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou qualquer de suas controladas, ressalvado o disposto na alínea (o) abaixo;
- (b) propositura, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) protestos de títulos contra a Emissora ou suas controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora ou suas controladas, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido obtida medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; ou (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi pago, depositado ou garantido em juízo;
- (d) perda definitiva e irrecorrível (i) da concessão para a prestação de serviços de telefonia fixa pela Emissora e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (ii) da autorização para a prestação de serviços de telefonia móvel pela Emissora e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (iii) de autorizações ou licenças relacionadas a prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel pela Emissora e/ou suas controladas, conforme o caso; exceto, (1) para todas as hipóteses descritas nesta alínea (d), por aquelas cuja ausência não possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas; ou (2) no caso de previsões legais em que a operação decorra da adaptação da outorga para outro regime de prestação de serviço,



desde que não acarrete alteração substancial na situação econômico-financeiro ou jurídica da Emissora;

- (e) pagamentos pela Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta relativas ao pagamento aos Debenturistas do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil das respectivas datas de pagamento;
- (g) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes desta Emissão, que não as descritas na alínea (f) acima, incluindo a obrigação de pagamento de tributos, despesas, indenizações e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do respectivo descumprimento;
- (h) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias constantes desta Escritura de Emissão, que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do respectivo descumprimento, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável;
- (i) se a Emissora ou qualquer de suas controladas inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, junto a instituições financeiras, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento, exceto se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente; ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial ou arbitral vigente obtida pela Emissora ou por suas controladas, conforme o caso;
- (j) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, ainda que decorrente de contrato que não tenha natureza de crédito ou de financiamento, da Emissora ou de suas controladas em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;
- (k) as declarações prestadas pela Emissora nos Documentos da Oferta provarem-se falsas, enganosas ou incorretas;



- (l) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações para si decorrentes dos Documentos da Oferta, quando aplicável, sem a prévia e expressa anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada pela Companhia para este fim, a seu exclusivo critério;
- (m) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer entidade governamental brasileira, desde que tal evento afete substancialmente e de forma adversa a possibilidade de a Emissora ou suas controladas continuarem explorando economicamente, no curso normal de seus negócios, o ativo e/ou o direito que foi objeto dos atos governamentais acima mencionados, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento regular das atividades da Emissora e/ou a capacidade de pagamento da Emissora relativa às Debêntures;
- (n) descumprimento, pela Emissora ou por suas controladas, de decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado ou decisão arbitral final e irrecorrível, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;
- (o) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou qualquer controlada, exceto:
  - (i) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação ou incorporação de ações da Emissora e/ou qualquer controlada, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, a exclusivo critério da Companhia, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos da Cláusula 6.17 acima, pelo Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo resgate, observado, conforme aplicável, o disposto na Resolução CMN nº 4.476 ou atualizações posteriores; ou
  - (ii) se as referidas operações forem realizadas entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Emissora e: (1) não reduzirem o patrimônio líquido da controladora da Emissora; ou (2) se as empresas resultantes da operação tornarem-se fiadoras desta Emissão, ressalvada as disposições do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; ou (iii) se houver a anuência prévia de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela Companhia para esse fim, a seu exclusivo critério;
- (p) se houver qualquer transferência de controle societário direto e indireto da Emissora, inclusive por meio de reorganização societária, exceto (i) se referida transferência de controle societário direto e indireto da Emissora não resulte na redução da classificação de risco (*rating*) da Emissora em relação ao seu *rating* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário; ou (ii) se houver a anuência prévia de 75% (setenta



- e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela Companhia para esse fim, a seu exclusivo critério; ou (iii) se referida transferência de controle societário direto da Emissora não resulte em alteração ou redução do poder efetivo de controle indireto detido pelos atuais controladores pessoas físicas da Emissora;
- (q) se a Emissora, a partir da Data de Emissão, conceder mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para quaisquer sociedades que não sejam suas controladas, cujos valores ao longo da vigência das Debêntures ultrapassem, individual ou cumulativamente, o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
  - (r) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, representantes de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela Companhia para esse fim, a seu exclusivo critério, exceto se tal alteração: (i) não resulte na mudança da atividade principal da Emissora; ou (ii) seja necessária para cumprimento de lei ou regulamentação aplicável à Emissora;
  - (s) transformação da Emissora em sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades Por Ações;
  - (t) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos Documentos da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes, e tal efeito não for revertido no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora de notificação nesse sentido;
  - (u) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela Companhia para esse fim, a seu exclusivo critério, excetuando-se alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, não superiores ao montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Ativo Não Circulante (conforme termo definido abaixo) da Emissora, conforme demonstração financeira consolidada anual ou intercalar da Emissora imediatamente anterior, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das Debêntures;
  - (v) aplicação dos recursos captados pela Emissão em destinação diversa do previsto nesta Escritura de Emissão;
  - (w) em caso de cancelamento do registro de companhia aberta da Emissora perante a CVM; e



- (x) não cumprimento pela Emissora, de qualquer dos Índices Financeiros (conforme termo definido abaixo), por 2 (dois) trimestres consecutivos ou por 4 (quatro) trimestres não consecutivos, durante a vigência da Emissão, a serem acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Emissora, calculadas trimestralmente, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo a que a primeira medição deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2017, sendo “Índices Financeiros” entendidos como: (i) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,25 (dois e vinte e cinco centésimos); e (ii) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido superior ou igual a 2,00.

6.25.1. Para os fins da Cláusula 6.25 acima entende-se por:

- (a) “Dívida Líquida”: (i) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias (*comercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no não circulante; (ii) diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes a caixa;
- (b) “EBITDA”: lucro (prejuízo) líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e acrescido de despesas de depreciação e amortização sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses;
- (c) “Despesa Financeira”: despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: (i) juros relativos a dívidas bancárias; (ii) juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) despesa de variação monetária e cambial de juros e principal, das modalidades de dívidas referidas nos itens i e ii acima; (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora; e (v) despesas financeiras referentes a operações com derivativos;
- (d) “Receitas Financeiras”: receitas calculadas pelo regime de competência definidas como: (i) receitas de aplicações financeiras; (ii) receita de variação cambial de juros e principal, sobre as dívidas bancárias, sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) receitas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Emissora; e (iv) receitas financeiras referentes a operações com derivativos;
- (e) “Resultado Financeiro Líquido” = Despesa Financeira – Receita Financeira;
- (f) “controlada”: qualquer sociedade, empresária ou simples, controlada pela Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) “Documentos da Oferta”: esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, o





Prospecto Preliminar, o Prospecto Definitivo, o Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento;

- (h) “Ativo Não Circulante”: bens e direitos que não se destinam a venda e têm vida útil longa. Para os fins da presente Escritura de Emissão, as sub-contas que constituem o Ativo Não Circulante são as seguintes: (i) ativo realizável a longo prazo; (ii) investimentos; (iii) imobilizado; e (iv) intangível, conforme as demonstrações financeiras consolidadas, anuais ou intercalares, da Emissora.

6.25.2. Os Índices Financeiros serão calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em vigor na Data de Emissão. Caso tais práticas contábeis sejam alteradas após a Data de Emissão, tais Índices Financeiros deverão continuar sendo calculados de acordo com as práticas contábeis em vigor na Data de Emissão observando-se o disposto na alínea (j) da Cláusula 7.1.1 abaixo.

6.25.3 Os valores informados nos itens (c), (i), (j), (n) e (q) da Cláusula 6.25 acima serão atualizados monetariamente, a partir da Data de Integralização, pela variação acumulada do IPCA.

6.25.4 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (d), (e), (f), (g), (i), (j), (l), (n), (o), (p), (r), (s) e (u) da Cláusula 6.25 acima acarretará o automático Vencimento Antecipado das Debêntures devendo o Agente Fiduciário, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência dos referidos eventos, emitir e enviar à Emissora a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.25.5 Na ocorrência de quaisquer outros eventos, que não os indicados na Cláusula 6.25.4 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Na assembleia mencionada, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 9 desta Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.25.6 Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação mencionada na Cláusula 6.25.5 acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.25.5 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.



6.25.7 Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, efetuando o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série, acrescido da respectiva Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, fora do âmbito da CETIP, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada, por meio de Aviso de Recebimento (AR), no endereço constante da Cláusula 6.27 desta Escritura, ficando obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.26 *Publicidade.* Exceto pelo aviso ao mercado relativo à Oferta, pelo Anúncio de Início, pelo anúncio de encerramento relativo à Oferta e demais anúncios relacionados à Oferta, que serão apenas disponibilizados nas páginas da Companhia ([www.algartelecom.com.br](http://www.algartelecom.com.br)), dos Coordenadores, da CVM, da CETIP, da BM&FBOVESPA e da ANBIMA na Internet, todos os demais anúncios, atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Companhia na Internet e da BM&FBOVESPA, por meio do Sistema Empresas.Net, módulo IPE, bem como comunicados, na forma de aviso, no DOEMG e no Hoje em Dia, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observados os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário.

6.27 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

(i) para a Companhia:

**Algar Telecom S.A.**

Rua José Alves Garcia, nº 415, Uberlândia, MG, CEP 38400-668, Bairro Brasil

At.: Diretoria Financeira / Assessoria Jurídica

Telefone: (34) 3256-2978

Fac-símile: (34) 3236-7723

Correio Eletrônico: [ri@algartelecom.com.br](mailto:ri@algartelecom.com.br)



(ii) para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Marco Aurélio Ferreira

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

(iii) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Alameda Xingu, nº 350, 1º andar

06455-030 - Barueri - SP

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(iv) Para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Olavo Setúbal

CEP: 04344-902, São Paulo, SP

At.: Luiz Petito

Tel: (11) 2740-2596

E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(v) Para o Escriturador:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar

CEP: 04538-132, São Paulo, SP

At.: Luiz Petito

Tel: (11) 2740-2596

E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

**7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA**

7.1 A Companhia adicionalmente está obrigada, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a:

7.1.1. fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) dentro do prazo de 90 (noventa) dias, após o término de cada exercício social ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao respectivo exercício, e dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas



informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras conforme exigido pela legislação aplicável, bem como o relatório de procedimentos previamente acordados (Relatório PPA), elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo dos Índices Financeiros preparada pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, além de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão;

(b) em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício social, uma declaração assinada por representantes da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (ii) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (iii) cumprimento da obrigação de manutenção do registro de companhia aberta; (iv) cumprimento da obrigação de manutenção de departamento para atendimento de Debenturista; (v) que não foram praticados atos em desacordo com o seu estatuto social; (vi) cumprimento da obrigação de manutenção do registro de companhia aberta; e (vii) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados;

(c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 480, nos prazos ali previstos e, dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas informações trimestrais (ITRs), acompanhadas de relatório de revisão especial, emitido por auditor independente registrado na CVM;

(d) notificação na mesma data da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas nos prazos legalmente estabelecidos, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas Assembleias;

(e) dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações sobre a Companhia e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Companhia ou que a Companhia não está autorizada a divulgar nos termos da regulamentação a ela aplicável;

(f) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Companhia relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;

(g) no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer



Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Companhia não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;

(h) no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo para divulgação do relatório de que trata o inciso (xiv) da Cláusula 8.5 abaixo, todos os atos societários necessários para elaboração de tal relatório, informações financeiras e cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, sociedades controladas (caso aplicável), sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

(i) no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento do relatório de *rating* enviado pela Agência de Classificação de Risco (conforme termo definido abaixo), encaminhar o relatório de *rating* para o Agente Fiduciário;

(j) para os fins da Cláusula 6.25.2 acima, providenciar o envio de um relatório (*compliance certificate*) preparado por uma empresa de auditoria independente, caso ocorra qualquer alteração na legislação contábil, revisando os cálculos a que se referem a Cláusula 6.25.2 e, conseqüentemente, atestando o cumprimento dos Índices Financeiros estabelecidos na alínea (x) da Cláusula 6.25 acima; e

(k) sem prejuízo do disposto na alínea (x) da Cláusula 6.25 acima, comunicar o Agente Fiduciário sempre que os Índices Financeiros forem descumpridos pela Emissora durante qualquer trimestre ao longo da vigência das Debêntures. Para fins de clareza, a comunicação tratada nesta Cláusula 7.1.1(k) terá caráter meramente elucidatório.

7.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

7.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil.

7.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Companhia, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas e nos casos em que o Agente Fiduciário deva fazer, mas não o faça.

7.1.5. Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA e CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

7.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras consolidadas a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.



7.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis.

7.1.8. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

7.1.9. Não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com seu estatuto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.

7.1.10. Notificar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

7.1.11. Não praticar quaisquer atos em desacordo com a presente Escritura de Emissão, conforme os termos e condições previstos nos respectivos itens desta Escritura de Emissão.

7.1.12. Manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto por aquelas que estejam sendo ou que venham a ser questionadas ou contestadas pela Companhia na esfera judicial ou administrativa ou ainda aquelas em processo tempestivo de obtenção ou renovação.

7.1.13. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira efetuar o pagamento de todos os tributos necessários para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora.

7.1.14. Manter, conservar e preservar todos os seus bens relevantes, necessários para a devida condução de suas atividades.

7.1.15. Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Companhia na esfera judicial, arbitral ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos, obrigações assumidas em contratos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

7.1.16. Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante e o Escriturador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21 e/ou PUMA, conforme aplicável) e agência de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco"), devendo, ainda, fazer com que a Agência de





Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, até o vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Companhia deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco, com periodicidade de no mínimo 1 (um) ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (iii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco.

7.1.17. Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: (i) contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poors, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

7.1.18. No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

7.1.19. Notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura de Emissão, que venham a ser constatadas após a data de celebração desta Escritura de Emissão.

7.1.20. Não omitir nenhum fato de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas.

7.1.21. Utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 4 nesta Escritura de Emissão.

7.1.22. Cumprir rigorosamente todas as leis, incluindo a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa,



arbitral e/ou judicial para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade.

7.1.23. Manter os bens necessários à manutenção de suas condições de operação e funcionamento adequadamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora, ou valer-se de estruturas de autosseguro, não cabendo a presente verificação ao Agente Fiduciário.

7.1.24. Manter em vigor a estrutura de contratos necessária para lhe assegurar a manutenção de suas condições de operação e funcionamento.

7.1.25. Atender a todos os requisitos previstos na Lei 12.431 aplicáveis à presente Emissão.

7.1.26. Cumprir e orientar suas afiliadas, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados a cumprir as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, e do *US Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável, (em conjunto "Leis Anticorrupção") na medida em que se obrigam a: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegura integral cumprimento de tais normas; (ii) disponibiliza materiais e oferece treinamentos de forma a dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 2 (dois) dias úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas que poderão tomar todas as providências que entenderem necessárias.

7.1.27. Não utilizar, de forma direta ou indireta, os recursos da Emissão para a prática de ato previsto nas Leis Anticorrupção.

7.1.28. Cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação ou omissão do Agente Fiduciário.

7.1.29. Não realizar a concessão de mútuos, empréstimos ou adiantamentos a quaisquer terceiros, excetuados (a) mútuos e adiantamentos celebrados entre a Emissora e quaisquer de suas controladas ou (b) adiantamentos para futuros aumentos de capital com controladas da Emissora ou (c) mútuos para quaisquer sociedades que não sejam suas controladas cujos valores ao longo da vigência das Debêntures não ultrapassem,



individual ou cumulativamente, o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) atualizados monetariamente, a partir da Data de Integralização, pela variação do IPCA.

7.1.30. Comparecer, obrigatoriamente, nas Assembleias Gerais de Debenturistas, por meio de seus representantes legais (a) nos casos em que as Assembleias Gerais de Debenturistas venham a ser convocadas pela Emissora e (b) nas hipóteses em que a presença da Emissora venha a ser solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 9.10 abaixo.

7.1.31. Realizar o cálculo do Valor Nominal Unitário e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, o qual será disponibilizado aos Debenturistas pelo Agente Fiduciário, na forma prevista nesta Escritura.

## **8. AGENTE FIDUCIÁRIO**

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) esta Escritura de Emissão constitui obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;
- (vi) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (vii) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (viii) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-



la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

(ix) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(x) não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;

(xi) é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

(xii) o seu representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social;

(xiii) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário; e

(xiv) com base no organograma societário disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, inciso XVII, alínea "k", ambos da Instrução CVM nº 28/83, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na: (i) 2ª (segunda) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, em regime de garantia firme de colocação, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), no valor total de R\$293.985.000,00 (duzentos e noventa e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais), com emissão de 61.385 (sessenta e uma mil, trezentas e oitenta e cinco) debêntures da primeira série e 232.600 (duzentas e trinta e duas mil e seiscentas) debêntures da segunda série, em 15 de setembro de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures da primeira série é em 15 de setembro de 2017, e das debêntures da segunda série é 15 de setembro de 2019. Até a presente data, no âmbito da 2ª Emissão da Emissora, foi verificado evento de amortização exclusivamente das debêntures da primeira série e não foram verificados eventos de resgate, inadimplemento pecuniário, repactuação ou conversão, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão. As debêntures da 2ª Emissão da Emissora não possuem garantias, conforme previsto respectiva na escritura de emissão; (ii) 3ª (terceira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em regime de garantia firme de colocação, da Emissora ("3ª Emissão da Emissora"), no valor total de



R\$200.000.000,00 (duzentos milhões reais), com emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures, em 15 de abril de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é em 15 de abril de 2021. Até a presente data não foram verificados, no âmbito da 3ª Emissão da Emissora, eventos de amortização, resgate, inadimplemento pecuniário, repactuação ou conversão, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão. As debêntures da 3ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Algar S.A. – Empreendimentos e Participações, que garante a totalidade dos valores devidos no âmbito da 3ª Emissão da Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e (iii) 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única da Emissora ("5ª Emissão da Emissora"), no valor de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), com emissão de 210.000 (duzentas e dez mil) debêntures, com data de emissão em 15 de maio de 2016 e data de vencimento em 15 de maio de 2022. Até a presente data não foram verificados, no âmbito da 5ª Emissão da Emissora, eventos de amortização, resgate, inadimplemento pecuniário, repactuação ou conversão, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão. As debêntures da 5ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Algar S.A. – Empreendimentos e Participações, que garante a totalidade dos valores devidos no âmbito da 5ª Emissão da Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou, na hipótese de substituição, de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Nos casos previstos abaixo e nos de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- (i) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (ii) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;
- (iii) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no



exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

(iv) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

(v) a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM 28; e (b) caso a substituição for em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão que será devidamente registrada na JUCEMG;

(vi) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

(vii) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.27 acima; e

(viii) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

(i) receberá uma remuneração:

(a) de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 10º (quinto) Dia Útil após a data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;

(b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação acumulada do IGPM - Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;

(c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido





- CSLL, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, além de juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;

(d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades inerentes a sua função em relação à Emissão, devendo esta remuneração ser calculada *pro rata die*; e

(e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando os valores em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

(ii) será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, tais como notificações, extração de certidões, publicações em geral, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas com *conference calls* e contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, incluindo auditoria e /ou fiscalização, entre outras, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que, sempre que possível, as despesas tenham sido previamente aprovadas, pela Companhia.

(iii) poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso (ii) acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que: (a) os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de



descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário, e (b) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento. Os valores a serem adiantados pelos Debenturistas, nos termos descritos acima, excluem os Debenturistas impedidos por lei de fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuarem o rateio em proporção superior aos seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (iii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- (iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, tendo, para tanto, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (vii) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão, e seus respectivos aditamentos, sem prejuízo de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- (xii) convocar, quando aplicável ao Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9 abaixo;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar e enviar à Companhia relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
  - (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
  - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
  - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
  - (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do



mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando (a) denominação do ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento; (f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, conforme o caso; e (g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

(j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.

(xv) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima, no prazo máximo de 4 meses contados da data de encerramento do exercício social da Companhia, ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;

(xvi) publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.26, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (xv) acima;

(xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xviii) coordenar o sorteio das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

(xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquela relativa à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1.16 acima; e (c) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;

(xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 90 (noventa) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e a BM&FBOVESPA;



(xxi) divulgar as informações referidas no inciso (xiv) acima, item (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;

(xxii) acompanhar o cumprimento, pela Companhia, da sua obrigação de manter atualizado o relatório de *rating*, nos termos da Cláusula 7.1.16 desta Escritura de Emissão;

(xxiii) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado o saldo devedor unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora, em sua central de atendimento e/ou na sua página na rede mundial de computadores ([www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br)); e

(xxiv) acompanhar a destinação de recursos captados por meio da presente Emissão, de acordo com os dados obtidos juntos aos administradores da Emissora.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos expressamente previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(ii) requer falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(iii) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.25.5 a 6.27 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos (i) a (iii) acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturista, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso (iv), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.8 Sem prejuízo de seu dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, ainda, responsável pela elaboração dos documentos



societários da Companhia, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.11 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta.

## **9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, ("Assembleia Geral de Debenturistas"), observado que a Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser instalada: (i) caso o assunto a ser deliberado seja comum a todas as séries de Debêntures; ou (ii) caso o assunto a ser deliberado seja específico para apenas Debenturistas da Primeira Série, Debenturistas da Segunda Série ou Debenturistas da Terceira Série, hipótese em que a Assembleia Geral de Debenturistas será realizada em separado, computando-se separadamente os respectivos quóruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de tratar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, de acordo com os quóruns estabelecidos nesta Cláusula 9.





9.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da respectiva Série, ou pela CVM.

9.3. Exceto se de outra forma estipulado nessa Escritura de Emissão, para os fins dessa Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico para determinada Série sempre que se referir a alterações: (i) na remuneração pactuada; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nessa Escritura de Emissão relativos à respectiva Série; e/ou (iii) do prazo de vigência das Debêntures da respectiva Série.

9.4. Exceto se de outra forma estipulado nessa Escritura de Emissão, os procedimentos previstos nessa Cláusula 9 serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas que deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, bem como às Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série, às Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série ou às Assembleias Gerais de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total das Debêntures de todas as Séries ou o total das Debêntures de cada uma das Séries, conforme o caso, devendo sempre observar o disposto no parágrafo 5º do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

9.5. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.26 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.6. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.7. A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios.

9.8. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto na Assembleia de Debenturistas da respectiva Série, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das respectivas Debêntures em Circulação.

9.8.1. Não estão incluídos no quórum a que se refere à Cláusula 9.8 acima:

(a) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;



(b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (i) das disposições desta Cláusula 9.8.1 (b); (ii) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (iii) da redução da Remuneração; (iv) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (v) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (vi) da criação de evento de repactuação; (vii) das disposições relativas à Cláusula 6.18 acima; e (viii) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento, observado que, a renúncia ou o perdão temporário (pedido de autorização ou *waiver*) a um Evento de Inadimplemento dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das respectivas Debêntures em Circulação.

9.9. Para os fins de constituição de quórum desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam, em relação a cada uma das séries ou em relação às Debêntures quando referidas coletivamente, conforme o caso, todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada da Companhia; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, seus cônjuges, companheiros ou respectivos parentes até o 2º (segundo) grau.

9.10. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Companhia, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Companhia será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

9.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.12. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9.13. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.



## **10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA**

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) está devidamente autorizada pelos órgãos societários competentes a celebrar esta Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures e a cumprir com todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem o estatuto social da Companhia e nem qualquer obrigação anteriormente assumida, disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (iv) descumprimento de qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral;
- (c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legalmente válida e vinculante da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784 do Código de Processo Civil;
- (d) os Prospectos e o Formulário de Referência contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, requeridas nos termos da legislação e regulamentação em vigor e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas, incorretas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (e) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas dos Prospectos da Emissão e desta Escritura de Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração desta Escritura de Emissão, dos Prospectos da Emissão e do Formulário de Referência seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (f) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas, sendo que desde a data das



demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Companhia fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Companhia;

- (g) as informações financeiras da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (h) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes para a execução de suas atividades, exceto para aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial;
- (i) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (k) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (l) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e com registro de companhia aberta de acordo com as leis aplicáveis; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios, conforme descrito no Formulário de Referência, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (m) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto o mencionado na seção "Requisitos" dessa Escritura de Emissão;
- (n) os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor de acordo com o estatuto social da Emissora;



- (o) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (p) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora, devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé nas esferas administrativas e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora;
- (q) a Emissora possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Documentos da Oferta;
- (r) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive mas não limitado a obrigação de utilizar os recursos obtidos por meio da Emissão na forma estabelecida na Cláusula 4 acima;
- (s) tem, nesta data, todas as concessões, autorizações e licenças necessárias à exploração de seus negócios;
- (t) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, apurada e divulgada pelo IBGE, e da Taxa DI, inclusive acerca da forma de cálculo da Remuneração das Debêntures, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (u) está cumprindo nesta data todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e à execução das suas atividades, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial para as quais a Emissora possui provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (v) está cumprindo, nesta data, com o disposto na legislação e regulamentação ambiental aplicáveis à condução de seus negócios e à execução das suas atividades, incluindo mas não se limitando à legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;



- (w) até a presente data, não há qualquer violação, incluindo, mas não se limitando ao oferecimento de denúncia ou instauração de procedimento administrativo ou judicial, por autoridade competente, de qualquer dispositivo, lei ou regulamento contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo as Leis Anticorrupção, pela Emissora, por suas respectivas sociedades controladoras, por qualquer de suas controladas e/ou coligadas; e
- (x) cumpre e orienta suas afiliadas, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados a cumprir as Leis Anticorrupção, na medida em que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que determinam integral cumprimento de tais normas; (ii) disponibiliza materiais e oferece treinamentos de forma a dar pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão; e (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não.

10.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula 10.

## **11. DESPEAS**

11.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, da agência de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

12.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a





declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBovespa ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.5. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.6. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil.

12.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

### **13. LEI DE REGÊNCIA**

13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

### **14. FORO**

14.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.



Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Assinam por meio de certificado digital a via eletrônica deste instrumento, destinada ao registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, o Sr. Jean Carlos Borges, inscrito no CPF/MF sob o n.º 665.591.546-53, e a Sra. Luciene Gonçalves, inscrita no CPF/MF sob o n.º 677.200.726-34, como representantes legais da **ALGAR TELECOM S/A**; E a Sra. Marcelle Motta Santoro, inscrita no CPF/MF sob o n.º 109.809.047-06, como representante legal da **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**. Assinam como testemunhas o Sr. Luciano Roberto Pereira, inscrito no CPF/MF 051.430.566-59, e o Sr. Emmanuel Marques de Souza, inscrito no CPF/MF sob o n.º 100.055.826-60.

São Paulo, 3 de março de 2017.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/140.886-1	J173518823062	06/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
100.055.826-60	EMMANUEL MARQUES DE SOUZA
051.430.566-59	LUCIANO ROBERTO PEREIRA
665.591.546-53	JEAN CARLOS BORGES
677.200.726-34	LUCIENE GONCALVES
109.809.047-06	MARCELLE MOTTA SANTORO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



# Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Infraestrutura, Agricultura e Desenvolvimento do Interior - SEINFRA  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedade por Ações e Cooperativa, inclusive filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

<b>Nome da empresa:</b> PENTAGONO S/A DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS			
<b>Tipo Jurídico:</b> SOCIEDADE ANONIMA - SA		<b>Natureza Jurídica:</b> SOCIEDADE ANONIMA FECHADA	
<b>Número de Identificação do Registro de Empresas (NIRE)</b> 333.0001437-3	<b>CNPJ</b> 17.343.682/0001-38	<b>Data de Arquivamento do Ato Constitutivo</b> 06/06/1984	<b>Data de inícios das atividades</b> 06/06/1984
<b>Endereço:</b> AV DAS AMERICAS, 4200, BLOCO: 08; SAALA 302B,303 B E 304 B; BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO, RJ, 22.640-102			
<b>Capital Social:</b> R\$ 1.200.000,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS MIL REAIS)			
<b>Capital Integralizado:</b> ( )			<b>Prazo de Duração</b> Indeterminado
<b>Último Arquivamento:</b> ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA			<b>Situação</b> REGISTRO ATIVO
<b>Data</b> 10/06/2016	<b>Número</b> 00002908629	<b>Ato/eventos</b> 303	<b>Status</b> SEM STATUS
<b>Objeto:</b> ** CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS			
<b>Atividades Econômicas:</b> ◆ 6612-6/01 Corretoras de títulos e valores mobiliários ◇ 6612-6/02 Distribuidoras de títulos e valores mobiliários			
<b>Diretoria:</b> <b>MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA</b> CPF/CNPJ: 029.833.137-35 Participação no capital: R\$ 0,00 Condição: DIRETOR Sem Arq. Termo Posse <b>NATHALIA MACHADO LOUREIRO</b> CPF/CNPJ: 104.993.467-93 Participação no capital: R\$ 0,00 Condição: DIRETOR Sem Arq. Termo Posse <b>MARCELLE MOTTA SANTOTO</b> CPF/CNPJ: 109.809.047-06 Participação no capital: R\$ 0,00 Condição: DIRETOR Sem Arq. Termo Posse			
<b>Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela:</b> NIRE: XXXXXXXX CNPJ: XXXXXXXX XXXXXXXX			
<b>Observações:</b> <b>Ordens Judiciais:</b> Número: XXX Data: xx/xx/xxxx Protocolo: xx-xxxx/xxxxxx-x XX <b>Decisão Plenária/Anotação Extrajudicial:</b> Número: XXX Data: xx/xx/xxxx XX <b>Nomes Anteriores:</b> XX <b>Atos Arquivados:</b>			



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6237023 em 08/03/2017 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 171408861 - 06/03/2017. Autenticação: 1422C66597F3673471ECEF1E7E9869BF4DD296D2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 17/140.886-1 e o código de segurança Xlfh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

# Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Infraestrutura, Agricultura e Desenvolvimento do Interior - SEINFRA  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Certidão Simplificada para Sociedade por Ações e Cooperativa, inclusive filiais

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

### CERTIFICO A EXISTÊNCIA DE TODOS OS ATOS ARQUIVADOS ATÉ A PRESENTE DATA:

06/06/1984 - 33300014373 - 102, 03/06/1985 - 00000131212 - 501, 23/05/1986 - 00000141850 - 306, 04/07/1986 - 00000143468 - 306, 09/07/1986 - 00000143714 - 501, 27/07/1987 - 00000164916 - 301, 30/07/1987 - 00000164187 - 306, 08/09/1987 - 00000166101 - 501, 05/07/1988 - 00000174703 - 501, 29/09/1988 - 00000177448 - 306, 28/11/1989 - 00000188608 - 301, 28/11/1989 - 00000188609 - 301, 28/11/1989 - 00000188610 - 501, 06/08/1990 - 00000195514 - 501, 05/06/1991 - 00000202918 - 001, 05/06/1991 - 00000202918 - 501, 04/12/1991 - 00000208551 - 501, 04/12/1991 - 00000208552 - 301, 08/07/1992 - 00000213453 - 501, 05/02/1993 - 00000218635 - 301, 02/05/1994 - 00000665600 - 501, 24/05/1994 - 00000669545 - 506, 24/05/1994 - 00000669544 - 506, 27/12/1994 - 00000709824 - 304, 16/02/1995 - 00000718210 - 501, 11/06/1997 - 00000852550 - 301, 11/06/1997 - 00000852548 - 301, 06/10/1997 - 00000873203 - 303, 06/10/1997 - 00000873202 - 304, 03/12/1998 - 00000956437 - 301, 16/03/2000 - 00001058698 - 303, 16/03/2000 - 00001058699 - 301, 16/03/2000 - 00001058697 - 303, 22/09/2000 - 00001104113 - 303, 16/07/2001 - 00001171026 - 303, 08/03/2002 - 00001223613 - 301, 12/07/2002 - 00001252523 - 303, 30/08/2002 - 00001265929 - 301, 28/08/2003 - 00001343514 - 303, 21/05/2004 - 00001428815 - 301, 20/08/2004 - 00001452575 - 301, 22/11/2004 - 00001474221 - 303, 08/07/2005 - 00001534811 - 303, 06/09/2005 - 00001550294 - 301, 21/06/2006 - 00001616389 - 301, 25/08/2006 - 00001633629 - 303, 19/10/2007 - 00001744360 - 303, 13/08/2008 - 00001828056 - 304, 01/10/2008 - 00001845074 - 301, 08/04/2009 - 00001898319 - 306, 02/09/2009 - 00001949170 - 301, 02/09/2009 - 00001949169 - 304, 11/09/2009 - 00001952113 - 301, 05/02/2010 - 00001998266 - 506, 29/10/2010 - 00002108284 - 301, 29/10/2010 - 00002108283 - 304, 08/06/2011 - 00002193622 - 303, 13/02/2012 - 00002292707 - 301, 25/05/2012 - 00002332301 - 303, 27/05/2013 - 00002476294 - 303, 04/09/2013 - 00002534257 - 301, 18/06/2014 - 00002637385 - 104, 18/06/2014 - 00002637385 - 301, 02/07/2014 - 00002641271 - 303, 02/07/2014 - 00002641272 - 501, 10/08/2015 - 00002798840 - 301, 10/08/2015 - 00002798842 - 303, 10/08/2015 - 00002798841 - 501, 30/09/2015 - 00002820456 - 301, 10/06/2016 - 00002908629 - 303.

### Art.1029 - Notificação de Retirada:

CPF/CNPJ: xxxxxxxx-xx  
Condição: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Participação no capital: R\$ 0,00  
Data da Notificação: xx/xx/xxxx

### Liquidante:

CPF/CNPJ: xxxxxxxx-xx  
Condição: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Participação no Capital: \$0.00

Número do protocolo:

Local, data

Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 2017



00-2017/022135-0

Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL - JUCERJA

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C n°32 de 11/09/2001 - Art.2º.

Art 1º. Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6237023 em 08/03/2017 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 171408861 - 06/03/2017. Autenticação: 1422C66597F3673471ECEFE1E7E9869BF4DD296D2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 17/140.886-1 e o código de segurança Xlfh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/140.886-1	J173518823062	06/03/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
109.809.047-06	MARCELLE MOTTA SANTORO



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6237023 em 08/03/2017 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 171408861 - 06/03/2017. Autenticação: 1422C66597F3673471ECE1E7E9869BF4DD296D2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 17/140.886-1 e o código de segurança Xlfh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 68/70





Secretaria de Governo da Presidência da República  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ALGAR TELECOM S/A, de nire 3130001179-8 e protocolado sob o número 17/140.886-1 em 06/03/2017, encontra-se registrado na Jucemg sob o número ED.000.272-7/000, em 08/03/2017. O ato foi deferido digitalmente pela 3ª TURMA DE VOGAIS.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.055.826-60	EMMANUEL MARQUES DE SOUZA

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
100.055.826-60	EMMANUEL MARQUES DE SOUZA
051.430.566-59	LUCIANO ROBERTO PEREIRA
665.591.546-53	JEAN CARLOS BORGES
677.200.726-34	LUCIENE GONCALVES
109.809.047-06	MARCELLE MOTTA SANTORO

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
109.809.047-06	MARCELLE MOTTA SANTORO

Belo Horizonte. Quarta-feira, 08 de Março de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6237023 em 08/03/2017 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 171408861 - 06/03/2017. Autenticação: 1422C66597F3673471ECE1E7E9869BF4DD296D2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 17/140.886-1 e o código de segurança Xlfh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 69/70



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.259.936-00	GERALDO FELIX DE JESUS
460.095.076-34	ALEXANDRE BOTELHO DE MENDONCA
574.631.666-00	EMILIO CESAR RIBEIRO PAROLINI
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. Quarta-feira, 08 de Março de 2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6237023 em 08/03/2017 da Empresa ALGAR TELECOM S/A, Nire 31300011798 e protocolo 171408861 - 06/03/2017. Autenticação: 1422C66597F3673471ECE1E7E9869BF4DD296D2. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe nº do protocolo 17/140.886-1 e o código de segurança Xlfh Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 08/03/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL